Brasília, 7 de setembro de 2015

Reunião com Ministério da Educação (MEC) e com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) realizada dia 04/09/2015 e Contraproposta da FASUBRA ao Governo

Quanto aos itens da pauta setorial, o MEC informou o que segue:

PAUTA DA FASUBRA	POSIÇÃO DO MEC
1) **Aprimoramento da carreira (estrutura, reingresso no cargo pós concurso na mesma carreira, racionalização, concurso, piso, step)** -	O governo concorda com a posição da FASUBRA acerca da antecipação do final do cronograma para inicio de maio de 2016.
2) **Artigo 30 da 12772/12** –	O projeto de lei já teve parecer favorável da CONJUR e encontra-se em análise no MPOG
3) **Ascensão funcional** – .	O MEC informou que esse tema não é pauta no MEC, pois trata-se de reivindicação geral dos Servidores Públicos Federais, e deve ser tratado em outra esfera pois a PEC encontra-se em tramitação no Congresso Nacional
4) **Racionalização dos cargos/ alteração do artigo 18** –	O Governo remete essa reivindicação para a agenda que debaterá o aprimoramento da careira. Reivindicamos que ainda durante a GREVE, o Governo apresente uma resposta sobre a proposta de alteração do Artigo 18 apresentada pela FASUBRA.
5) **Dimensionamento de pessoal** –	O Governo aguarda posicionamento da FASUBRA em relação a proposta enviada pelo Ofício 77/2015. A FASUBRA tem acordo inicial com a proposta de Portaria apresentada pelo Governo no Ofício 77/2015, mas entende que é importante constar um artigo que permita a necessária revisão periódica da proposta e que estabeleça competência à Comissão Nacional de Supervisão da Carreira do PCCTAE (CNSC) elaborar propostas de atualização da referida portaria.
6) **Democratização das IFES** –	O Governo agendou reunião para o próximo dia 15/9/2015, com presença de Andifes, para que nessa

	reunião se formate a metodologia de debate sobre esse tema. A FASUBRA ainda sugeriu que seja retomado as conclusões dos trabalhos desenvolvidos pelo GT construído após a Greve de 2012.
7) **Reposicionamento dos aposentados**	O Governo não acata essa reivindicação da FASUBRA.
8) **Reconhecimento das certificações dos aposentados** -	O Governo não acata essa reivindicação da FASUBRA.
9) **Reconhecimento dos cursos de mestrado e doutorado fora do país** –	Reivindicação acatada, no modelo da CAPES utilizado para os docentes.
10) **Aproveitamento de disciplinas isoladas de graduação, especialização, mestrado e doutorado para incentivo a capacitação** –	Posição acatada pelo MEC. O projeto de lei teve parecer favorável da CONJUR e encontra-se em análise no MPOG.
11) **Turnos Contínuos** –	O Governo recuou da posição de construção de portaria para encaminhamento do acordo que estava sendo construído com a FASUBRA. Defendem o decreto e o último ofício encaminhado como posições públicas. A FASUBRA reivindica que seja incluído as tratativas sobre tema no Termo de Acordo.
12) **Orientações Normativas 15 e 16** –	A representação do Governo informou que o processo encontra-se em análise no MPOG, pois esse item é pauta geral e não pode ser resolvido na mesa setorial.
13) **Orientação Normativa 6** –	A representação do Governo informou que o processo encontra-se em análise no MPOG. pois esse item é pauta geral e não pode ser resolvido na mesa setorial.
14) **Revogação EBSERH** -	O Governo não acata essa reivindicação da FASUBRA e que o mesmo não cabe na mesa setorial.
15) **Não perseguição de dirigentes sindicais** –	O MEC encaminhará recomendação aos gestores, para que não tenha nenhuma perseguição aos dirigentes sindicais e solicita que a FASUBRA indica os casos onde estiverem acontecendo.
16) **Corte de ponto**	– A representação do Governo afirma que até o momento não foi efetivado nenhum corte de ponto e que a posição do governo que vem sendo orientada para os reitores é que não se proceda assim.
17) **Assédio Moral** -	A representação do Governo reafirmou a proposta já apresentada nos Ofícios anteriores, referentes a realização de seminário nacional para debater o tema e encaminhar desse seminário uma política de combate ao assédio moral e todas formas de discriminação nas Instituições Federais de

	Ensino.
18) **Liberação de dirigentes sindicais** –	Esse item da pauta setorial, segundo o MEC e MPOG não deve ser tratada no âmbito do MEC, pois é tema de interesse do conjunto dos servidores federais e está no debate geral da Convenção 151
19) **Creches** –	Reivindicação não acatada. O Governo considera que é satisfatória a proposta de correção do auxílio pré-escolar apresentada na mesa geral dos servidores públicos federais e que a política de Creches é política restrita as ações dos municípios e/ou dos estados.
20) **Reabertura do prazo para adesão ao PCCTAE** –	Posição acatada pelo MEC. O projeto de lei teve parecer favorável da CONJUR e encontra-se em análise no MPOG.
21) **Atualização dos cargos** -	Posição acatada pelo MEC.O projeto de lei teve parecer favorável da CONJUR e encontra-se em análise no MPOG.
22) **Reposicionamento na carreira quando do reingresso na carreira** -	O Governo remete essa reivindicação para a agenda que debaterá o aprimoramento da careira.
23) **Afastamento para o Plano Nacional de capacitação** – .	A proposta elaborado pelo MEC se encontra em análise jurídica no MPOG
24) **Plano Nacional de Capacitação dos Técnico-Administrativos em Educação**	– Serão 2000 vagas para graduação e 2000 vagas para especialização. As vagas para o mestrado serão debatidas em 2016. Os editais de adesão para as IFES serão publicados ainda esse ano, e início no primeiro semestre de 2016.
25) **Não retirada de ganhos judiciais** –	Essa pauta será deliberada pelo ao MPOG, não cabendo ao MEC a decisão.
26) **Recomposição orçamentária das instituições** – .	O MEC informou que também defende que não exista corte de orçamento na educação, mas que a decisão não cabe ao MEC
27) **Representação sindical dos trabalhadores da Ebserh** –	O MEC encaminhou consulta para a Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (SRT/MTE) questionando qual a abrangência da FASUBRA e da CONDSEF no que se refere a representação das trabalhadoras e trabalhadores da EBSERH. O MEC aguarda resposta do aguarda resposta do SRT/MTE em relação à consulta encaminhada.

O CNG/FASUBRA encaminhou, como posição preliminar, considerando que a resposta da pauta específica ainda não foi feita de maneira documental, proposta para análise e debate nas assembleias de greve em todo país, os seguintes eixos para a construção da contraproposta da FASUBRA ao governo:

Pauta geral

Garantia de elaboração de Lei que trata da negociação coletiva e instituição de data base no prazo de 180 dias.

Pauta Econômica:

Índice para não ampliar as perdas: 9,5% em 2016 + 5,5% em 2017. (Com clausula de revisão em 2016 caso a previsão do índice instituído pelo governo para garantir a revisão em 2017 ultrapasse 5,5%)

Step: 0,1% em 2016 + 0,1% em 2017.

Não absorção do VBC nos aumentos referentes aos reajustes previstos nesse acordo, e alteração no parágrafo 3º do Artigo 15 da Lei 11091/2005.

Pauta Específica:

- Que o governo apresente prazos pontuais para cada item que o MEC manifestou acordo, mas que no momento está em trâmite e em avaliação nos setores internos do MPOG, e que necessitem da aprovação do congresso nacional.

- Alteração do Artigo 18 que trata dos critérios da racionalização dos cargos seja incluída na proposta de PL a ser encaminhado ao Congresso Nacional, fruto da atual negociação, possibilitando à Comissão Nacional de Supervisão da Carreira do PCCTAE (CNSC) avançar no processo de racionalização dos cargos. Redação já apresentada pela Fasubra ao governo na proposta de alteração da Lei 11.091/2005.

- Reivindicaremos também que se registre no acordo de greve que a implementação dos turnos contínuos nas IFEs não afetará no dimensionamento de pessoal, bem como que seja respeitado as jornadas de trabalho das profissões regulamentadas em Lei, garantindo a redução da jornada de trabalho semanal para as profissões que tenham essa garantia prevista por lei.

- Redução de 90 dias para 60 dias, o prazo para que o Governo lance os editais de adesão das Instituições Federais de Ensino ao Plano Nacional de Capacitação, para viabilizar a implantação desse plano logo no início do primeiro semestre de 2016.

- Retomada da construção de instrumentos de democratização das Universidades, partindo do acumulado em debates anteriores